

---

## **HISTORIOGRAFIA**

---

### **E ESCRAVIDÃO:**

---

### **NOVOS DESAFIOS**

---

### **PARA A HISTÓRIA DA IGREJA**

---

ÊNIO JOSÉ DA COSTA BRITO

Resumo: *os estudos históricos, em especial sobre a escravidão (diáspora), têm avançado muito no Brasil, seja no aspecto teórico, seja no âmbito da pesquisa empírica, desde a década de 1970, pontuando tendências, temas emergentes e desafios. Esses estudos levantam desafios para a História da Igreja e, em particular, para os Institutos Teológicos.*

Palavras-chave: *escravidão, diáspora, escravizado, história da igreja e institutos teológicos*

**F**azer memória da produção historiográfica brasileira sobre a escravidão é uma operação trabalhosa, arriscada e prazerosa. Ela possibilita constatar a diversidade metodológica e teórica, a capacidade de historiadores(as) para superarem perspectivas estreitas e redutivas.

Dividiremos esta breve exposição em três momentos. O primeiro cobrirá as décadas de 1970 a 1980. No segundo, de 1990 até o presente, nossa preocupação será acentuar algumas linhas fortes que marcaram a pesquisa. No terceiro, apontaremos alguns desafios que as pesquisas atuais apresentam para a História da Igreja.

ANOS 1970 E 1980<sup>1</sup>

Em 1973, em plena ditadura militar, Ciro Flamarion Cardoso lançou, na Argentina, *El modo de producción en América Latina*<sup>2</sup>, texto que concilia intuição e teoria. Muitas das intuições presentes nesse texto serão

desenvolvidas posteriormente, ao longo da vasta produção do autor. Em 1978, Jacob Gorender, em *O escravismo colonial*<sup>3</sup>, criticava a produção escravista mercantil.

A recepção dessas duas obras foi calorosa, favorecida pela conjuntura sociopolítica na qual os movimentos sociais no Brasil procuravam conquistar autonomia. Para esses autores, o estudo da escravidão passa pela compreensão da dinâmica da sociedade escravista, isto é, “uma sociedade que tem por base o modo de produção historicamente definido, distinto do escravismo patriarcal clássico, com leis, tendências de dinâmica e reprodução específicas [...]” (PIÑEIRO, 2002, p. 41).

O novo modelo explicativo da economia colonial apresentado por Flamarion e Gorender superava e, sob certo sentido, criticava o paradigma da colonização – Prado Junior (1977); Furtado (1976); Novais (1993). O paradigma da colonização dava ênfase à vocação exportadora e à exploração mercantil metropolitana, fazendo um contraponto à visão historiográfica até então hegemônica do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, que exaltava a missão civilizatória da colonização portuguesa.

Cabe a pergunta: por que se inicia um novo ciclo nos estudos sobre a escravidão? Uma das razões é que o passado escravista, com as obras de Flamarion e Gorender, ganha cidadania científica, o que não acontecia até então. Ao retomarem a tão conhecida questão da formação social brasileira, escapam da sinuca de bico que imobilizava as pesquisas com a discussão sobre a natureza do nosso passado: feudal ou capitalista? O novo paradigma do modo de produção escravista rompe com o modelo antigo.

Na década de 1970, os estudos sobre o nosso passado escravista foram acompanhados de uma crítica à obra de Gilberto Freyre (1900-1987), por veicular a idéia de uma escravidão patriarcal e favorecer a de democracia racial.

Antes do aparecimento de *Casa grande e senzala* (1933), duas posições polarizavam o debate em torno dos conceitos de raça e miscigenação, ambas negativas e racistas, a miscigenação inviabilizando o desenvolvimento do país ou possibilitando o embranquecimento (FREYRE, 1978).

Para Benzaquen<sup>4</sup>, Freyre, ao propor, na esteira de Franz Boas, a distinção entre raça e cultura, instaura uma terceira via. Para Freyre, o negro, o português e o índio contribuíram para a constituição da identidade nacional.

Gradualmente, uma nova tendência se insinua, sob forte influência de historiadores e antropólogos americanos, visando superar uma visão redutiva marcadamente econômica presente nos estudos sobre a escravidão. Entre os mentores desta tendência, estão Sidney Mintz e Lepkowski, por exemplo.

Questionava-se a ênfase dada ao modo de produção escravista colonial e buscavam-se brechas camponesas no escravismo tanto nas Américas como no Brasil. Utilizava-se a categoria de protocamponês (trabalhador escravizado semi-autônomo). Esta perspectiva de estudo não prevaleceu, mas ainda se faz presente nas pesquisas (GOMES, 2005).

Uma segunda vertente, no interior dessa tendência, é a de buscar uma interpretação da dinâmica do mundo escravista, mundo que supunha uma permanente negociação. As duas categorias utilizadas são a do consenso e a da resistência.

Silva<sup>5</sup>, num texto paradigmático, registrou o debate. O título do artigo já é revelador da nova tendência: Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia. Nas palavras de Silva (1989, p. 14), “No Brasil, como em outras partes, os escravos negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema. Trata-se do heroísmo prosaico de cada dia”.

Novos temas acompanharam esta nova tendência; juntamente com uma inversão sociogeográfica, passa-se a dar atenção aos escravos presentes nas cidades brasileiras. Na história do Brasil colonial e imperial, o campo sempre ofereceu a estrutura socioeconômica ao país. As cidades tinham um

*papel de destaque, servindo de entreposto comercial, enquanto ocupavam na esfera política o papel de sede do poder administrativo, os escravos formando parte integrante e fundamental de suas populações* (ALGRANTI, 1988, p. 25).

Em 1982, a historiadora Mattoso lança o livro *Ser escravo no Brasil*, com ampla aceitação. Escrito na França, em 1979, o livro relê o escravismo sem discutir o trabalho escravizado no campo. A preocupação de Mattoso é mostrar o cativo inserido na família senhorial, de forma amigável. Para ela, o escravo fugitivo é um inadaptado ao sistema:

*são as tensões continuadas dessa integração difícil que obrigam a própria vida do escravo a adaptar-se à relações de tipo escravista e o levam a*

*todos os esforços, todas as humildades, todas as obediências e fidelidades para com os senhores infalíveis*<sup>6</sup>.

A historiadora Silva (1988) tem a feliz idéia de fundir o estudo do escravismo do campo com o da cidade. O resultado deste *insight* encontra-se no texto *Negro na rua: a nova face da escravidão*, no qual pensa na existência de uma “brecha urbana pró-capitalista”. Ganha destaque o cativo ganhador, autêntico protoproletário que antecipa a figura do operário livre<sup>7</sup>. Diante do fato da presença dos escravos de ganho na cidade, Silva (1988, p. 117) infere que:

*o ganho dos escravos é aceito por mim [Silva] como uma forma variável de salário, uma brecha no sistema, como uma tradição nas relações escravistas tradicionais, enfim, um acordo não revelado entre senhores e escravos como forma de sobrevivência na estrutura urbana.*

Para esses novos estudos, os escravos urbanos gozariam de melhores condições de vida que os escravos rurais. O cativo urbano podia trabalhar como alfaiate, barbeiro, carpinteiro, funileiro, ourives, pedreiro etc., podia viver por si. O escravo de ganho merece a atenção de Algranti (1988) em *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro* (1988).

No meio urbano, podem-se encontrar tanto o escravo de ganho como o escravo de aluguel: eles evidenciam a possibilidade de trabalho por parte dos escravizados; alguns podiam viver do próprio ganho, outros não.

Nossa intenção, neste texto, é mapear caminhos percorridos pela historiografia e não discutir as visões dos autores(as). No entanto, vale a pena observar que o sistema de ganho do escravo não é nem uma variação do salário, nem uma brecha assalariada na estrutura escravista. O cativo de ganho continuava vivendo uma relação escravista, não deixava de ser um trabalhador escravizado. Não se pode esquecer que era obrigado a entregar ao patrão uma renda preestabelecida, o que era um fator complicador no ato de viver por si.

Faz-se necessário ter presente o alerta da historiadora Simão (2002, p. 50):

*No contexto da complexidade, singularidade e flexibilidade do universo urbano escravista, chamamos atenção para o cuidado que deve-*

*mos ter no repensar a história passada. Sobretudo, não podemos reconstruir o passado diluindo o fenômeno escravista nas cidades.*

## ANOS 1990 E SEGUINTE

Olharemos em seguida a década de 1990 e os anos seguintes, pontuando tendências, temas emergentes e desafios.

### Tendências

As pesquisas recentes sobre a sociedade e a economia colonial deixam transparecer uma visão mais refinada, menos redutiva do universo colonial. Superou-se a visão bipolarizada que pautou muitas análises historiográficas. A Colônia passa a ser vista como uma sociedade formada por senhores, escravos, livres e libertos das mais variadas origens étnicas e inseridos em diversos contextos.

A Colônia brasileira não pode ser tratada como um bloco rígido, mas como um espaço em movimento (FARIA, 1998). Nesta dinâmica, insere-se uma revisão mais radical dos modelos explicativos da economia colonial.

Os estudos pioneiros de Frago e Florentino propõem uma superação tanto do “paradigma da colonização” como do “modo de produção colonial” (FRAGOSO, 1993; FRAGOSO, FLORENTINO, 1993). Trabalhando com a hipótese de que a reprodução do sistema econômico imbricava-se organicamente na contínua reiteração de uma hierarquia excludente, consideram a colonização não só como subordinação política e econômica, mas também como aliança entre as elites coloniais e metropolitanas, visão reveladora de um objetivo mais amplo, a manutenção do *status* de uma sociedade arcaica nos três vértices do comércio atlântico. Idéia essa já expressa sinteticamente numa passagem do livro *O arcaísmo como projeto*: “a estrutura de produção colonial gera os seus mercados de homens e alimentos, o que, por sua vez viabiliza a aparição de círculos internos de acumulação para além das trocas com a Europa” (FRAGOSO; FLORENTINO, 1995, p. 28).

A pesquisa em fontes primárias levou os autores a inferirem que a economia colonial, mesmo sendo agroexportadora – portanto ligada ao mercado externo e escravista –, não se esgotava nesses elementos estruturais.

Essa nova compreensão do contexto histórico colonial confirmou caminhos abertos na década de 1980 para se revelar a dimensão humana e criativa de negros e negras escravizados. A década de 1990 viu acentuar nas pesquisas a tendência de dotar o escravizado do seu devido papel histórico.

A percepção da complexidade da vida colonial, portanto, levou a historiografia a pensar nos escravizados não apenas como vítima, mas como agentes históricos ativos na produção e transformação da sociedade.

O fim da escravidão não foi fruto unilateral de abolicionistas ou de uma benevolência da Princesa Isabel. As pesquisas deram a conhecer a utilização que os escravizados fizeram das leis para trilhar os caminhos da liberdade (SCOTT, 1991).

Wissenbach (1998, p. 22), em *Sonhos Africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*, reproduz a vivência de escravos e forros na São Paulo oitocentista, reconstituindo suas vivências a partir da documentação judicial. Trata-se de uma interpretação social do crime na escravidão, do seu significado para os escravizados e da reconstituição no dia-a-dia de estratégias adaptativas, elaboradas e ampliadas no contexto aparentemente rígido do regime de trabalho escravo.

Na esteira de Thompson e Mintz, os historiadores têm superado uma compreensão pouco abrangente das leis emancipacionistas, seja contextualizado-as, seja mostrando o quanto essas medidas foram vivenciadas de modo diferente pelos escravos, perturbando o gradualismo.

Para Mendonça (1999, p. 371),

*é evidente [...] que não se pode pensar a lei fora do contexto social e histórico, no qual elas são criadas e são vigentes. E através desta contextualização, ela adquire um caráter ambíguo, porque seus elementos são acionados pelos sujeitos históricos em conformidade com os seus interesse- que são dispares e conflituosos<sup>8</sup>.*

A análise das leis emancipacionistas e dos processos cíveis põe às claras que a liberdade era uma causa dos negros e das negras, uma luta que tinha significados especialmente populares. Essa tendência é criticada severamente por alguns historiadores, especialmente por Gorender (1990). No entanto, os seus autores nunca perderam de vista a dura

realidade de um cotidiano no qual a lei assegurava ao senhor a última palavra; não defendem a leniência da escravidão brasileira ou na feliz formulação de Paiva (1995, p. 60-1):

*Entender os escravos como agentes históricos que transformaram o seu tempo e construíram nossa cultura como homens e mulheres que resistiram de todas as formas e a todo o custo, inclusive adaptando-se ao sistema, à sua redução a meros objetos do poder senhorial, não é negar a violência da escravidão nem reabilitá-la como entende Jacob Gorender. Trata-se, sim, de impedir que a virulência da instituição continue ocultando a discordância de milhões de negros-inclusive os libertos- e os vários caminhos encontrados por eles, coletiva e individualmente, para minimizá-la ou destruí-la, conquistando, então a libertação.*

Uma outra tendência que nasce da opção analítica dessa nova historiografia é utilizar novas fontes documentais capazes de revelar o cotidiano dos inúmeros agentes históricos e dar uma base empírica sólida às pesquisas.

Por um bom tempo se afirmava que não era possível estudar a escravidão por falta de fontes documentais. Esse dado começou a mudar na década de 1970 e 1980 com a publicação de inúmeros estudos sobre a escravidão. Ilustraremos essa tendência com alguns exemplos.

A análise dos testamentos permitiu a Paiva (1995) resgatar a diversidade da sociedade mineira colonial e identificar também as estratégias de resistência. O exame de quase 4.000 testamentos do século XVIII demonstrou com clareza como as formas de adaptação/resistência foram tão variadas e eficazes quanto as estratégias de dominação.

Outra fonte que vem sendo muito utilizada pelos historiadores é o inventário *post-mortem*. Fragoso (1995), por meio de uma análise exaustiva dos inventários *post-mortem* dos “negociantes de grosso trato”, traça o perfil da hierarquia econômica do Rio de Janeiro. No exame, colhe dados para identificar os mecanismos de formação de uma elite senhorial excludente, concentradora de renda e escravocrata. O exame das escrituras de compras/vendas de bens imobiliários (1798-1835) realizado por Florentino (1993) oferece-nos um retrato dinâmico da riqueza envolvida com o tráfico. Florentino demonstra como o capital mercantil escoia os lucros obtidos no tráfico no próprio tráfico e nas atividades especulativas e rentistas.

Brandão (1995), com a análise de 61 inventários, compõe um quadro sobre a população escrava piauiense. São declarados 389 escravos, na sua maioria jovens, sendo 62% do sexo masculino e, na sua minoria, nascidos no Brasil. Os de origem africana (Angola, Benguela, Guiné, Congos e Gegê) eram adquiridos na Bahia. Assim, podemos saber que, “a partir dos inventários, o perfil do escravo existente no Piauí até o século XVIII não foi muito diferente daquele que residiu nas demais regiões do Brasil” (BRANDÃO, 1995, p. 130).

Os Livros de Batismo são outra fonte muito fecunda. Em geral, esses livros estão guardados nos Arquivos das Cúrias Metropolitanas. Góes (1993), em *O Cativo imperfeito*, utilizou com muita propriedade – análise quantitativa e qualitativa dos índices demográficos – o Livro de Batismo da Freguesia de Inhaúma. Nele, em 26 anos, foram registrados 1.589 batizados de escravos.

Os escravos de Inhaúma teceram uma complexa e ampla rede de relações sociais em torno do batismo cristão. O livro mostra “[...] que as cerimônias de batismo (e as relações de compadrio que criavam) foram desigualmente experimentadas pelos plantéis da freguesia” (GÓES, 1993, p. 73).

As análises revelam que o compadrio se fazia presente em 59,9% dos plantéis de Inhaúma. O padrinho, com frequência, nos plantéis pequenos, era buscado fora (exogamia); já nos grandes surgia no mesmo plantel (endogamia). Receberam o batismo mais crianças naturais ou legítimas do que adultos. A análise do índice de legitimidade indicou um baixo número de casamentos legais em geral, mas que se realizavam com maior frequência nos grandes plantéis (GÓES, 1993).

## Temas Emergentes

Entre os inúmeros temas emergentes, indicaremos dois: o tema do Tráfico Atlântico dos africanos, tema clássico, e o tema da família escrava, pouco compreendido pela historiografia tradicional.

Florentino (1993) discute o tema numa perspectiva renovada. Para ele, os estudiosos brasileiros têm dificuldade de entender o tráfico como um negócio afro-brasileiro. O autor nos revela a natureza estrutural do comércio negreiro, ao compreender o tráfico Atlântico como um mecanismo que reproduzia estruturalmente a força de trabalho na América e desempenhava um papel estrutural na África. Ao desem-



penhar funções estruturais nos dois continentes, o Tráfico Atlântico passa a ser afro-brasileiro.

O Tráfico Atlântico, por séculos, edificou uma permanente e eficiente ponte cultural entre a África e o Brasil. Pode-se lembrar que os padrões culturais relativos à família, que igualmente atravessaram o imenso oceano, ressignificaram-se no interior do cativo.

A dimensão política e cultural do exílio forçado de milhões de africanos, já sinalizada por Florentino, é retomada por Rodrigues (2001), em *O infame comércio*. Como era visto o Tráfico Atlântico pela elite política do país? Para responder a esta questão, pesquisa os últimos cinqüenta anos do tráfico, examinando as conseqüências políticas da permanência desse infame comércio e o papel desempenhado por diversos grupos sociais. Digno de nota é o resgate do papel dos grupos sociais que a seu modo participavam do tráfico: a população livre e pobre que habitava perto dos lugares de desembarques clandestinos. Dando continuidade a essa preocupação da história social em *De costa a costa*, Rodrigues se volta para as pessoas que faziam parte dessas transações, buscando entender seus interesses. Traficantes e seus funcionários, os contrabandistas e os administradores coloniais, marinheiros e cativos são os personagens desse instigante texto<sup>9</sup>.

Não se pode esquecer que o tráfico teve um papel fundamental na formação do Brasil. Para Alencastro (2000), esse trato (comércio) de viventes (pessoas) constituiu não só a sociedade brasileira, mas a sociedade escravista sul-atlântica.

O tema da família escrava recebeu contribuições fundamentais graças às pesquisas realizadas por Florentino, Góes e Slenes entre outros. A compreensão das relações familiares dos escravizados se constitui num dos dados importantes para detectarmos as heranças culturais e desvelarmos a recriação temporal da sociedade escravocrata. Sem dúvida, os arranjos familiares no interior dos extensos plantéis contribuíram para a constituição e a reconstituição de uma comunidade de cativos e cumpriram papéis políticos (FLORENTINO; GÓES, 1997).

Para Slenes (1999, p. 114),

*os escravos certamente não puderam criar as instituições familiares que eles desejavam, mesmo no contexto da plantation. Os senhores, contudo, também não puderam construir suas posses exatamente como eles queriam, muito menos conseguiram transformar seus trabalha-*

*dores em máquinas desprovidas de 'todas as formas de união e de solidariedade' e reduzidas a 'condições anômicas de existência'.*

Para Slenes (1999), a compreensão do lar negro passa por uma visão mais aprofundada do encontro entre a herança cultural africana e a experiência do cativo. Os dados demográficos sobre a família refletem a influência da herança africana, o que revela terem os africanos escravizados procurado organizar suas vidas de acordo com a idéia de família linhagem.

### Os Desafios e a Construção da História Cultural da Escravidão

Ao identificarmos algumas das tendências norteadoras da produção historiográfica sobre a escravidão brasileira, colhemos alguns desafios apontados pelos historiadores para que esse processo de renovação tenha continuidade. Serão apresentados não segundo uma ordem de importância, mas de identificação.

Ainda hoje uma visão estática do período colonial se insinua na historiografia. Assumir o dinamismo interno da vida colonial é condição *sine qua non* para compreendê-la e para perceber o movimento e a busca de estabilidade presentes na Colônia. Alencastro (2000) afirma que só é possível entender a história do Brasil entre os séculos XVI e XVIII pensando a Colônia num quadro mais amplo das relações comerciais com a África (Angola). Insiste na necessidade de se superar uma concepção territorialista da História da Colônia e trabalhar com a idéia de territorialidade.

Essa consideração nos coloca no âmago do segundo desafio. Para muitos historiadores, a principal lacuna dos estudos sobre o escravismo é, paradoxalmente, a África.

Há um desconhecimento geral da história da África, muito pouco estudada nas Faculdades de História. No entanto, nenhuma outra região das Américas esteve tão ligada à África como o Brasil.

Somos uma civilização de base afro. Para Alencastro, fomos formados pelos milhares de escravos que aqui desembarcaram. Urge começar a olhar a colonização do Brasil e da África como articuladas (PANTOJA; SARAI-VA, 1999). Estudar a escravidão numa perspectiva atlântica virou mais do que uma tendência; é uma necessidade. Nesse campo, temos uma dívida com Freyre (1978) que, em *Casa grande & senzala*, realizou um ingente esforço para integrar-nos de modo mais orgânico à África.

- Um terceiro desafio se relaciona com a questão da ascensão social na Colônia. Um vasto campo de pesquisa se abre para quem quiser enfrentar a ambigüidade das relações sociais que se construíram desde os tempos coloniais. Como se dá a ascensão social em uma sociedade escravocrata? como os libertos conseguem um *status* mais elevado?
- Responder essas questões é entender por que a nação brasileira, mesmo ostentando práticas mestiças, continua praticando um racismo silencioso, um racismo de posição social.
- O escravizado, ao ascender socialmente, vai perdendo a cor. Castro faz um sugestivo estudo procurando entender o sumiço da cor na documentação jurídica, na segunda metade do século XIX. Para a autora, “[...] a cor inexistente antes de significar branqueamento era um signo de cidadania na sociedade imperial, para a qual apenas a liberdade era pré-condição” (CASTRO, 1995, p. 109).
- O quarto desafio que já vem sendo enfrentado pelos historiadores é o da construção de uma boa historiografia regional. Essa será a base de uma sólida história geral e de fecundos estudos comparativos entre o Brasil e outros países escravistas e entre as várias regiões do país.
- Essa tarefa supõe um grande esforço nacional de pesquisa capaz de vasculhar documentos em pequenos e grandes arquivos espalhados pelo território nacional. Tarefa nada fácil, uma vez que contamos com poucos arquivos organizados no país.
- A organização dos arquivos abrirá certamente espaço para suprir uma lacuna na história da escravidão no Brasil: há, ainda, poucos estudos do período colonial até o século XVIII. O século XIX tem sido bem mais pesquisado.
- Para finalizar esse levantamento, ainda seminal, apontarei um desafio que julgo fundamental em relação à experiência religiosa dos escravizados, um tema muito ausente nos estudos historiográficos.
- Em geral, os estudos sobre a escravidão fazem poucas referências à religiosidade/religião dos escravizados, referências genéricas que não ajudam a compreender em profundidade essa experiência fundamental de suas vidas. Estou convencido de que a temática da religiosidade afro-brasileira deve ser aprofundada com base nas experiências vividas pelos mesmos escravizados.
- O tema começa a ocupar o tempo dos historiadores. Pode-se considerar a pesquisa de Karasch como uma das precursoras no âmbito historiográfico – antropólogos já se debruçavam sobre o tema de longa data. Em 1972,

na sua tese de doutorado, apresentou um capítulo memorável, intitulado *Participação em Grupos Sociais e Religiosos*, dedicado a desvelar o tema das religiões cultuadas por africanos e escravos na cidade. Defende a capacidade de os africanos reinventarem seus cultos no novo ambiente, esboçando o que se chama de “reconstrução étnica e cultural” nas Américas Negras<sup>10</sup>. Karasch, ao tocar nas raízes religiosas centro-africanas, abriu brechas que ainda não foram plenamente exploradas. Num estudo recente, Soares (2000) se debruça sobre a religiosidade de um restrito grupo de pretos nas minas da cidade do Rio de Janeiro. O estudo confirma serem as irmandades espaços privilegiados para a compreensão da vida de homens e mulheres escravizados. Os africanos não chegavam aqui como ‘tábula rasa’. Não só se organizavam de acordo com identidades de origem, como aprendiam a criar novas identidades. Soares convida os leitores a refazerem pontes étnicas e culturais entre o Brasil e a África.

É simplesmente fascinante tentar compreender como um grupo de africanos convertidos ao cristianismo se preocupava com a própria salvação e com a salvação de seus parentes pagãos que tinham permanecido na África (SOARES, 2000). Um estudo mais aprofundado da religião ajudará, por exemplo, a entender o ‘caldo de cultura’ de onde nascem as revoltas. Thompson mostrou que a dinâmica interna dos movimentos populares não é apenas reativa, mas surge de uma reflexão sobre a própria experiência<sup>11</sup>.

## HISTÓRIA DA IGREJA E ESCRAVIDÃO (DIÁSPORA)

Que desafios essa renovação nos estudos sobre a escravidão (diáspora) coloca para a história da Igreja?

Sem ser um especialista, arrisco apontá-los, pois, desde 1992, tenho acompanhado de perto a produção historiográfica brasileira e pude constatar uma ausência de estudos no âmbito da história da Igreja sobre a diáspora.

Não se trata de começar do zero, mas de retomar intuições presentes na proposta da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina (Cehila), instituição de direito civil, cientificamente autônoma e independente, que levantou novas questões, apontou novos temas e valorizou outras fontes documentais.

A utilização do método histórico-crítico possibilitou a superação do positivismo e do historicismo, presenças permanentes na historiografia eclesiástica.

Existe hoje um acordo geral para que a história eclesiástica trabalhe com o método histórico-crítico, quer dizer, com as categorias imanentes da continuidade, da causalidade e da relatividade. Isso significa que o historiador eclesiástico aplica os mesmos métodos que o historiador profano (PRIEN, 1986).

Esta retomada dar-se-á baseada em certos pressupostos:

- Fazer história de Igreja não é elaborar teologia da história ou história da salvação. Ameaça que volta a rondar o trabalho historiográfico desenvolvido nos Institutos e nas Faculdades Teológicas. Os objetivos e métodos de cada disciplina devem ser preservados, o que implica realizar uma história da Igreja com autonomia, de acordo com as exigências das ciências históricas.
- Autonomia não implica isolamento.

*A história da Igreja está em interdependência com a vida da Igreja e logicamente com o futuro da teologia, pois uma autocompreensão distinta da Igreja dá lugar a uma história da Igreja orientada de modo diferente; mas esta mesma mudança na orientação teológica, na autocompreensão eclesial e na maneira de escrever história da igreja são coisas que podem e devem ser analisadas sócio-historicamente (ROUX apud BEOZZO, 1986, p. 100).*

- Ter consciência de que os fatos, os documentos, não falam por si só, sua utilização pelos(as) historiadores(as) passa por um processo de elaboração mais ou menos eficaz.

Maestri (2002, p. 131), com sua habitual perspicácia, relembra:

*É uma ilusão a inexorável determinação da historiografia pelos documentos. O historiador não é fantoche dos dados, sobre os quais aplica, como cirurgia hábil, o bisturi técnico-metodológico. É alta a autonomia-consciente e inconsciente – do historiador na escolha e tratamento da documentação. Sua independência cresce quando transita da pesquisa à produção do texto historiográfico.*

A onisciência e a neutralidade absolutas da historiografia são pretensões falsas, assim, não há possibilidade de se escrever uma história neutra da Igreja latino-americana.

- Consciente da especificidade do fazer história da Igreja, da sua relação com a vida da Igreja, da sua objetividade e subjetividade, o(a) historiador(a) é chamado(a) a utilizar as fontes novas e a renovar as formas interpretativas, o que exige metodologias adequadas.

Por exemplo, uma história do catolicismo popular que envolve a história da escravidão utiliza abundante documentação dos arquivos que vem sendo lentamente organizados. O projeto A Escravidão Africana nos Arquivos Eclesiásticos já digitalizou mais de trinta mil documentos, entre assentos de batismo, óbitos e casamentos, tanto de cativos como de alforriados e livres (século XVII a XIX). A documentação da Diocese de Nova Iguaçu e de Niterói já estão digitalizadas<sup>12</sup>.

As pesquisas históricas sobre a diáspora têm utilizado as séries de registros de batismos, de casamentos e de óbitos, as séries de testamentos e inventários, como lembramos. Podem-se enumerar ainda as atas de reuniões de confrarias, os livros de denúncia, as confissões e de visitas e devassas (MARCÍLIO *apud* BEOZZO, 1986).

O momento é propício para um diálogo com a comunidade científica, que tem alargado os estudos e as pesquisas relativas à diáspora. A comunidade científica está desejava de ouvir a palavra dos(as) historiadores (as) da Igreja. No entanto,

- As Universidades e Faculdades Católicas têm produzido muito pouco sobre a história da Igreja.
- É notória a falta de historiadores(as) nos Institutos Teológicos. Uma geração pioneira está se aposentando e não se vê, a curto prazo, a geração substituta. Não se nota nos Institutos uma preocupação com a formação de novos(as) historiadores(as).
- O simples exame da grade curricular dos Institutos é revelador do pouco peso dado aos estudos historiográficos: carga horária mínima, professores sem formação específica etc.
- No geral, falta renovação didática e metodológica no estudo e ensino da História. Isso reflete na pouca vitalidade dos Departamentos de História e no próprio ensino, muitas vezes fortemente fatal. Existem, felizmente, exceções.
- Os cursos de Graduação em Teologia ressentem a falta de pesquisa tanto por parte dos alunos (as) como dos professores (as). É urgente introduzir os alunos (as) na pesquisa histórica já na Graduação<sup>13</sup>.

Esperamos que o diálogo tão necessário entre os (as) historiadores (as) da Igreja e a comunidade científica no âmbito dos estudos sobre a diáspora

contribua para devolver aos verdadeiros construtores do Brasil a sua dignidade, ao contar um pouco da história de milhões de homens e mulheres que, sem serem consultados, assumiram o compromisso de construir, a duras lides, uma nova nação.

São motivos de comemoração os esforços de tantos pesquisadores (as) que lutam renitentemente para que a pesquisa sobre a escravidão no Brasil não seja em vão, que possa impulsionar debates e, sobretudo, contribuir para a diminuição de injustiças sociais e históricas no país.

## Notas

<sup>1</sup> Para apresentar o perfil das décadas de 1970 e 1980, tomamos como base os trabalhos de Maestri (2002) e o de Simão (2002).

<sup>2</sup> Cf. Cardoso (1973). Com uma ampla produção, Cardoso influenciou inúmeros pesquisadores, ver: *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas* (1987); *O trabalho compulsório na antiguidade* (1984) e o livro organizado por ele, *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas* (1988).

<sup>3</sup> Cf. Gorender (1978). A primeira edição esgotou-se rapidamente obrigando a editora a lançar no mesmo ano a segunda.

<sup>4</sup> Cf. Araújo (1994). O texto de Araújo introduz seus leitores numa exegese minuciosa da obra de Freyre. Uma recente publicação de Palmares-Burke (2006) completa esta iniciação. O livro é um estudo de literatura comparada que apresenta a forte influência de autores ingleses do período vitoriano na formação intelectual e moral de Freyre. Para um contato com o pensamento de Franz Boas, ver Boas (2004). *Antropologia cultural* é o primeiro livro publicado no Brasil com textos de Franz Boas. Ele foi o fundador da moderna antropologia cultural, que contrapunha as teorias evolucionistas e racistas ainda dominantes no século XX a uma perspectiva relativizadora, centrada na noção de cultura.

<sup>5</sup> O artigo foi publicado no *Jornal do Brasil* de 18 de agosto de 1985 e republicado no livro de Reis e Silva (1989).

<sup>6</sup> Cf. Mattoso (1982). Gradualmente, este enfoque nos estudos sobre a escravidão se espalha pelo país. Só em 1990, a escravidão urbana entra na agenda dos historiadores gaúchos. Ver Zanetti (2002).

<sup>7</sup> “Cativo ganhador” é uma categoria da escravidão clássica greco-romana. Para compreender a base teórica que justificava a escravidão antiga, ver Brugnera (1998). Neste livro, Brugnera analisa a idéia de escravidão em Aristóteles e sua articulação com a concepção de natureza humana. Mostra a importância da escravidão à

luz da interpretação da antropologia aristotélica, no âmbito de uma comunidade política específica: a pólis grega.

- <sup>8</sup> Cf. Mendonça (1990). O livro de Mendonça enfoca os últimos anos de vigência da escravidão, vistos pelo ângulo das lutas jurídicas e parlamentares que se deram em torno da lei dos sexagenários.
- <sup>9</sup> Rodrigues (2005) percorre a rota que ligava Angola ao Rio, do final do século XVIII até meados do século XIX, refazendo o trajeto dos escravos desde o momento em que eles eram capturados no interior de seu continente até a chegada no Brasil.
- <sup>10</sup> Cf. Karasch (2000). A idéia de “reconstrução étnica e cultural” é desenvolvida por Mintz e Price (1976).
- <sup>11</sup> Cf. Thompson (1984). Ver também o instigante trabalho de Anastásia (1998).
- <sup>12</sup> Para maiores informações, ver o site <[www.historia.uffbr/cúrias](http://www.historia.uffbr/cúrias)>. A coordenadora do projeto é a historiadora Mariza de Carvalho.
- <sup>13</sup> Este diagnóstico foi apresentado em 1999 numa reunião da Soter. Ao preparar este comunicado com a ajuda de alguns colegas, refiz a pesquisa examinando Programas dos Institutos Teológicos, conversando com professores (as) da área. Cheguei à conclusão de que deveria repeti-lo, com uma agravante, hoje, os problemas são mais complexos.

## Referências

- ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes: a formação do Brasil no atlântico sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- ALGRANTI, L. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ANASTASIA, C. M. J. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.
- ARAÚJO, R. B. de. *Guerra e paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- BEOZZO, J. O. *Para uma história da Igreja na América Latina: marco teórico – o debate metodológico*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BOAS, F. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.
- BRANDÃO, T. M. P. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Mons. Chaves, 1995.



- BRUGNERA, N. L. *A escravidão em Aristóteles*. Porto Alegre: EDPUCRS; Grifos, 1998.
- CARDOSO, C. F. *El modo de producción en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- CARDOSO, C. F. *O trabalho compulsório na antiguidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- CARDOSO, C. F. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARDOSO, C. F. *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.
- CASTRO, H. M. M. de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- FARIA, S. S. de C. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FLORENTINO, M. *Em costas negras: uma história do tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XIX e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.
- FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FRAGOSO, J. L. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, c.1790-c.1850*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.
- FRAGOSO, J. L.; FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto: Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Diadorim; Civilização Brasileira, 1993.
- FREYRE, G. *Casa grande e senzala*. 19. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Nacional, 1976.
- GÓES, J. R. *O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993.
- GOMES, F. dos S. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de*

- fugitivos no Brasil (século XVII-XIX). São Paulo: Edunesp, 2005.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- GORENDER, J. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
- KARASCH, M. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro – 1808-1850*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- MAESTRI, M. *Deus é grande, o mato é maior: trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UFP, 2002.
- MARCÍLIO, M. L. O povo na Igreja do Brasil tradicional: indicações documentais para uma história do catolicismo popular brasileiro da Colônia aos meados do século XIX.
- MATTOSO, K. de Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MENDONÇA, J. M. N.. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.
- MINTZ, S.; PRICE, R. *An Anthropological approach to the Afro-American Past: a Caribbean perspective*. Philadelphia: Institute for the Study of Human Issues, 1976.
- PIÑEIRO, T. L. *Crise e resistência no escravismo colonial: os últimos anos da escravidão na província do Rio de Janeiro*. Passo Fundo: Ed. da UFP, 2002, p. 41.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- PALMARES-BURKE, L. G. *Um vitoriano dos trópicos*. São Paulo: Edunesp, 2006.
- REIS, J. J.; SILVA, S. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PAIVA, E. F. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.
- RODRIGUES, J. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.
- RODRIGUES, J. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico*

negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860) . São Paulo:Cia. das Letras, 2005.

PANTOJA, S.; SARAIVA, J. F. S. (Org.). *Angola e Brasil nas rotas do atlântico sul*. São Paulo: Bertrand,1999.

PRIEN, H. J. Problemas e metodologia para uma história de síntese da Igreja na América Latina. In: BEOZZO, J. O. *Para uma história da Igreja na América Latina: o debate metodológico*. Petrópolis: Vozes, 1986. p.88. In: BEOZZO, J. O. *Para uma história da Igreja na América Latina*. p.109-122.

ROUX, R. R. de. Conhecimento histórico da Igreja: exigências e limites de um Ofício. In: BEOZZO, J. O. *Para uma história da Igreja na América Latina*.

SILVA, M. R. N. da. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec; Brasília: CNPq, 1988.

SCOTT, R. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre,1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Ed. da Unicamp, 1991.

SOARES, M. de C. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SIMÃO, A. R. F. *Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas-RS (1812-1850)*. Passo Fundo: Ed. da UFP, 2002.

SLENES, R.. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

THOMPSON, E. P. La Economía Moral de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In: THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Critica, 1984.

ZANETTI, V. *Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)*. Passo Fundo: Ed. da UFP, 2002.

WISSENBACH, M. C. C. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

Abstract: *studies on History, mainly on slavery (Diaspora) had a great development in recent years in Brazil, either on the theoretical point of view or on the empirical researches side since the 1970' focusing*

*on epistemological tendencies, some emergent issues and scientific challenges. These kinds of researches present some challenges to those who deal with Church History and to the Theological Institutes.*

*Key words: slavery, diaspora, slave, church history, theological institutes*

ÊNIO JOSÉ DA COSTA BRITO

Professor Titular no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da Religião na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *E-mail:* brbrito@uol.com.br